



- 7.2.1.3. Orientar e/ou executar o detalhamento de rotinas de sistemas em geral e definir a melhor utilização dos recursos de software e hardware disponíveis;
- 7.2.1.4. Responder pela gestão dos técnicos alocados aos projetos, coordenando as tarefas executadas e em execução
- 7.2.1.5. Garantir a qualidade nas tarefas compatíveis com os padrões e normas utilizadas e definidas pelo contratante;
- 7.2.1.6. Repassar o conhecimento adquirido das tarefas previamente negociadas aos técnicos da contratante que venham a desempenhá-las;
- 7.2.1.7. Estar permanentemente à disposição do contratante, nos dias úteis, no horário comercial.
- 7.3. Executar os serviços técnicos profissionais com seu pessoal, com recursos tecnológicos e físicos disponibilizados para este fim, nas suas instalações ou em espaço previamente acordado com o contratante, de acordo com o serviço a ser executado
 - 7.3.1. Fica a critério do contratante, excepcionalmente, a execução de parte dos serviços nas instalações do próprio, quando isto for melhor em termos de atendimento a detalhamentos técnicos e/ou de prazo.
- 7.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, dos erros ou falhas cometidas no decorrer da execução dos serviços, apontadas pelo contratante;
- 7.5. Garantir por um prazo de 12 (doze) meses, a partir do aceite final do contratante, todas as manutenções corretivas decorrentes de erros ou falhas, sem ônus para o contratante;
 - 7.5.1. *A garantia do serviço não se confunde com a garantia do contrato regradada em item específico;*
- 7.6. Tratar como “segredos comerciais e confidenciais” todos os produtos e subprodutos relativos aos serviços contratados com relação aos dados do município;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE



- 7.7. Não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do contratante, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 7.8. Arcar com todos os custos necessários ao bom andamento dos trabalhos, especialmente de viagem, hospedagem e transporte dos seus funcionários;
- 7.9. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas ou obrigações trabalhistas, previdenciária, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços;
- 7.10. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar os pagamentos de salários e arcar com as demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, inclusive responsabilidades decorrentes de acidentes, indenizações, substituições, seguros, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte do contratante;
- 7.11. A Licitante Vencedora Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Edital, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do contratante, observadas as disposições legais pertinentes;
- 7.12. Não se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do contratante;
- 7.13. Arcar com quaisquer danos ou prejuízos causados ao contratante. Nos casos de danos, prejuízos, avarias ou subtração de bens, os valores correspondentes deverão ser descontados da (s) fatura (s) seguinte (s) da contratada, ou ajuizada, se for o caso, a dívida, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato;

32



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE



- 7.14. Comunicar ao contratante, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual;
- 7.15. Não usar as informações sigilosas ou de uso restrito, quando tais atos forem praticados por quem tenha sido alocado à execução do objeto deste Termo de Referência, sob pena de responsabilidade civil e/ou criminal;
- 7.16. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura a ocasionar ao Contratante, ou a terceiros, durante a execução dos serviços;
- 7.17. Efetuar o pagamento dos seguros, tributos, encargos sociais e de toda e qualquer despesa referente aos serviços contratados e dos documentos a eles relativos, se necessários;
- 7.18. Responder adequadamente a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas, no sentido do cumprimento do Contrato e da melhoria dos serviços executados;
- 7.19. Cumprir os prazos estipulados nos cronogramas acordados e aprovados com a Contratante;
- 7.20. Informar ao Contratante toda ocorrência que esteja prejudicando a prestação dos serviços e o cumprimento dos níveis de serviços acordados;
- 7.21. Aceitar que o Contratante possa rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as normas estabelecidas no Contrato;
- 7.22. Aceitar que o Contratante possa solicitar, com justificativa, a substituição de qualquer profissional que considere inadequado para a função, cabendo à Contratada a apresentação de novo profissional;
- 7.23. Aceitar que o Contratante poderá determinar a imediata retirada do local de trabalho do empregado que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, solicitando sua substituição imediata;
- 7.24. Manter, em observância às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação;



- 7.25. Cumprir o Acordo de Nível de Serviço estipulado estabelecido no Termo de Referência e no Contrato. Ficando sujeito a sanções em caso de descumprimento.

8. QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Supervisionar e controlar os serviços executados, a fim de atestar as faturas apresentadas pela Contratada;
- 8.2. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada;
- 8.3. Fornecer a Contratada: documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados aos serviços contratados;
- 8.4. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização do objeto licitado;
- 8.5. Comunicar à Contratada qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- 8.6. Notificar, por escrito, a Contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

9. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO (CAF)

Para a avaliação e acompanhamento e fiscalização dos produtos especificados neste Termo de Referência será constituída uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF), formada por técnicos da Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG), para recebimento e avaliação dos produtos.

As exigências resultantes da avaliação dos produtos, pelos membros da CAF/PMRG, serão compiladas em um único documento a ser elaborado em reunião com a presença de todos os membros. O documento produzido será encaminhado à empresa contratada, contendo todas as exigências do produto analisado.



Os produtos objeto desse Termo de Referência terão o recebimento da CAF/PMRG, mediante o termo de aceite provisório. Assim que forem atingidos os objetivos desejados, mediante o termo de aceite definitivo emitido pela mesma.

Os produtos serão avaliados mediante a verificação do alcance quanto aos objetivos definidos e se todas as atividades previstas foram realizadas com sucesso. Além desses aspectos, os produtos também serão avaliados quanto ao conteúdo, atendimento satisfatório para o alcance dos objetivos previstos; quanto à forma de apresentação, se atendeu as especificações e exigências técnicas estabelecidas; e quanto ao prazo, se foram cumpridos o prazo acordado e as dificuldades na execução das atividades.

9.1. Reuniões

Serão realizados contatos formais previamente marcados pela equipe de acompanhamento dos trabalhos contratados por meio de reuniões: entre os membros da equipe para avaliação dos produtos e entre eles e a contratada para verificação do desenvolvimento dos trabalhos e ajustes necessários. Estas reuniões, ordinariamente, ocorrerão uma vez ao mês, em data a ser definida, e extraordinariamente sempre que solicitada pela contratante ou pela contratada. Também ocorrerão reuniões após a entrega dos produtos para a definição das correções e o aceite dos mesmos.

9.2. CAF/PMRG

Será constituída, por meio de Decreto Municipal, uma comissão técnica para fiscalização e acompanhamento do trabalho a ser desenvolvido pela contratada e as atividades previstas neste termo. A referida comissão deverá ser integrada por representantes das Secretarias designadas pelo Prefeito.

10. PROPRIEDADE DOS PRODUTOS (LICITAÇÕES E CONTRATOS)

Todo o material gerado em virtude do desenvolvimento dos produtos e os produtos especificados no item 4 - PRODUTOS, sejam intermediários ou finais, serão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE



de propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal do Rio Grande, não sendo permitida à CONTRATADA a cessão, venda ou empréstimo dos mesmos.

No caso de algum produto produzido, por ocasião do trabalho proposto neste termo de referência, gerar a necessidade de proteção conferida por meio de patente, a mesma corresponderá a 50% dos direitos autorais para a contratante e 50% para a contratada. Durante o prazo de vigência da patente, os titulares terão o direito de excluir terceiros sem prévia autorização.



11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Braga, M. F. S.; Krusche, N. Padrão de ventos em Rio Grande, RS, no período de 1992 a 1995. *Atlântica*, Atlântica, v. 22, p. 27-40, 2000.

Rio Grande, v. 22, p. 27-40, 2000. Departamento dos Recursos Hídricos (DRH). Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Estado do Rio Grande do Sul. www.drh.rs.gov.br

Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Estado do Rio Grande do Sul (RS). www.fepam.rs.gov.br

Foster, S.S.D. 1987. Fundamental Concepts in Aquifer Vulnerability, Pollution Risk and Protection Strategy, in W. van Duijvanbooden and H.G. van Waegeningh (eds.), *Vulnerability of Soil and Groundwater to Pollution. Proceedings and Information n.º 38 of the International Conference held in the Netherlands, in 1987*, TNO Committee on Hydrological Research, Delft, The Netherlands.

Hartmann, C. & Schettini, C.A.F. 1991. Aspectos hidrológicos na desembocadura da Laguna dos Patos, RS. *Revista Brasileira de Geociências*. 21 (4):371-377.

ISATEAC – Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda. www.isatec.com.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. www.ibge.gov.br

Klein, A.H.F. 1998. Clima regional. In: Seeliger, U. Odebrecht, C. & Castello, J.P. (eds). *Os ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil*. Ed. Ecoscientia. 326p.

Laboratório de Hidroquímica. Instituto de Oceanografia. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. www.furg.br

Lei Federal nº 8.666/1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Leitão, T.E.; Lobo Ferreira, J.P.; Oliveira, M.M. & Moinante, M.J. 2003. Poluição de Águas Subterrâneas: principais problemas, processos de prevenção e de reabilitação. Comunicação apresentada ao 6.º SILUSBA, organizado pela APRH, ABRH, AMCT e INGRH, Cabo Verde, 10 a 13 de Novembro de 2003, 16 p.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE



- Mirlean, N., Machado, M.I., Osinaldi, G.M., Demoliner, A. & Baisch, P. 2005. O impacto industrial na composição química das águas subterrâneas com enfoque de consumo humano (Rio Grande, RS). Química Nova. 28(5):788-791.
- Prefeitura Municipal do Rio Grande. Lei Municipal nº 4116. Plano Diretor Participativo do Município de Rio Grande, 30 de outubro de 1986.
- Rodrigues, B.A.; Baumgarten, M.G.Z. & Kersanach, M.W. Avaliação da contaminação por metais nutrientes na água da área de deposição de resíduos sólidos do município de Rio Grande – RS. Monografia apresentada como parte das exigências para a obtenção do título de Oceanólogo, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2006.
- Spengler, A. 2005. Qualidade das águas receptoras dos rejeitos do lixão municipal do Rio Grande (RS). Monografia de conclusão do curso de Oceanologia. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, p. 66.
- Strahler, A. & Strahler, A. N. Physical Geography: science and systems of the human environment. [s. l.] : John Wiley & Sons, 1997.
- Tagliani, P.R.A.; Landazuri, H.; Reis, E.G.; Tagliani, C.R.A.; Asmus, M.L. & Sánchez-Areilla, A. 2003. Integrated coastal zone management in the Patos Lagoon Estuary: perspective in context of developing country. Ocean & Coastal Management. 46:807-822.
- Tagliani, P.R.A. & Asmus, M.L. Plano Ambiental do Município do Rio Grande (PLAM), 2007.

<http://www.aquitmrh.com.br/salarios.php?page=15>

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/infraestrutura/tabelas_de_custos/index.php?p=170554



12. CONTATOS

CCAF/PMRG – Comissão Coordenadora de Acompanhamento e
Fiscalização da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Secretaria de Município do Meio Ambiente
Prefeitura Municipal do Rio Grande
SMMA – (53) 3233 7275

Patricia Machado
Bióloga/Fiscal Ambiental – CRBio3/088717-03D
Unidade de Licenciamento e Fiscalização – SMMA

Rossana Chianfelli
Ecóloga/Fiscal Ambiental
Unidade de Licenciamento e Fiscalização – SMMA

Eduardo Malta Pinto
Engenheiro Civil – CREA/MG 93419-D
Gerente da Unidade de Licenciamento e Fiscalização – SMMA

Sandro Ari Andrade de Miranda
Secretário de Município do Meio Ambiente
Secretaria de Município do Meio Ambiente - PMRG



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE



ANEXO I

1.1. Caracterização o empreendimento:

Área total do terreno (m ²):	
Área estimada com disposição de resíduos (m ²):	
Área de preservação permanente (m ²):	
Área de lagoas de lixiviados (m ²):	
Volume de resíduos estimados (m ³):	
Zoneamento de uso e ocupação do solo, conforme Plano Diretor Municipal:	

1.1.1. Posição da área do empreendimento no relevo:

<input type="checkbox"/> Várzea
<input type="checkbox"/> Fundo de vale
<input type="checkbox"/> Encosta
<input type="checkbox"/> Topo
<input type="checkbox"/> Plana
<input type="checkbox"/> Outra:

1.1.2. Textura predominante do solo:

<input type="checkbox"/> Argilosa
<input type="checkbox"/> Siltosa
<input type="checkbox"/> Arenosa
<input type="checkbox"/> Granular
<input type="checkbox"/> Orgânica

1.1.3. Caracterização da localização do empreendimento pela Legislação Municipal:

	Localização
<input type="checkbox"/>	Zona urbana
<input type="checkbox"/>	Zona de expansão urbana
<input type="checkbox"/>	Zona rural

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]